

# Dialética das juventudes modernas e contemporâneas

## Dialectics of modern and contemporary youths

Luís Antonio Groppo

Professor do Programa de Mestrado em Educação Sócio-comunitária do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), Unidade Americana. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

É autor do livro *Juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das juventudes modernas* (Rio de Janeiro: Difel, 2000).

E-mail: luis.groppo@am.unisal.br

### R e s u m o

O texto procura esboçar uma concepção sociológica dialética das juventudes, a partir de uma análise crítica de outras concepções e visões sobre a juventude: a “adolescência” segundo a Psicologia, a “puberdade” segundo a medicina e, enfim, a concepção funcionalista da juventude, presente na maior parte das pesquisas e reflexões sociológicas sobre as juventudes. A concepção dialética recupera o caráter social e histórico das juventudes modernas e contemporâneas, enquanto grupos etários homogêneos, institucionalizados ou informais.

Unitermos: juventude, sociologia da juventude, grupos juvenis, história da juventude, autonomia.

### S y n o p s i s

The paper tries to delineate a sociological and dialectic conception of youths, from a critical analysis of other conceptions and views about youth: “adolescence” according to Psychology, “puberty” according to Medicine and, finally, the functional conception of youth, occurring in the most part of researches and sociological reflexions about youths. The dialectic conception recuperates the social and historical character of modern and contemporary youths, as homogenous, institutionalized or informal age groups.

Terms: youth, sociology of youth, youthful groups, history of youth, autonomy.

### R e s u m e n

El texto procura esbozar una concepción sociológica dialéctica de las juventudes, a partir de un análisis crítico de otras concepciones y visiones sobre la juventud: la “adolescencia” según la Psicología, la “pubertad” según la medicina y, finalmente, la concepción funcionalista de la juventud, presente en la mayor parte de las investigaciones y reflexiones sociológicas sobre las juventudes. La concepción dialéctica recupera el carácter social e histórico de las juventudes modernas y contemporâneas, en cuanto grupos por edad homogêneos, institucionalizados o informales.

Términos: juventud, sociología de la juventud, grupos juveniles, historia de la juventud, autonomía.

A juventude é uma constante preocupação das sociedades modernas e contemporâneas, uma permanente “questão pública”. Na verdade, existem ciclos, fases em que a preocupação com a juventude é enfatizada. Por exemplo, a partir do final do século XVIII e em todo o século XIX, diversos ciclos de preocupação com a “delinqüência” e/ou promiscuidade juvenil das classes trabalhadoras se deram, conforme a industrialização e a urbanização iam se aprofundando e se estendendo pelos países da Europa e, logo, para todo o mundo. Conforme os efeitos sociais negativos do capitalismo industrial iam avançando, logo se impunha a questão da “juventude” desregrada, viciada, promíscua, indisciplinada, delinqüente, formadora de bandos criminosos etc., sem que ficasse claro para o discurso social e até para as ciências qual era a relação entre o avanço do capitalismo industrial, os problemas sociais daí decorrentes e a “questão da juventude” (Flinter, 1968; Pinchbeck & Hewitt, s.d.; Humphries, 1984). Algo semelhante parece dar-se hoje, novamente, conforme avança o capitalismo em uma nova modulação, “global”, baseado numa “acumulação flexível” geradora de desemprego estrutural, decomposição social e destruição ecológica (ver, por exemplo, Forrester, 1997). Novas ondas de preocupação pública para com a juventude surgem, quando novamente se fala tanto em caridade quanto repressão, paternalismo e criminalização da delinqüência juvenil, políticas públicas para a juventude e rebaixamento da idade penal.

Desde seu início, o “problema da juventude” mobilizou quadros intelectuais (cientistas, juristas, políticos, pedagogos, psicólogos, médicos etc.)

Novas ondas de preocupação pública com a juventude

A juventude começa aos 16, mas ainda não se definiu quando acabará

para a definição de quando a juventude, afinal, começa e termina, para assim orientar a ação do Estado e das instituições socializadoras. A idade contada em anos, dado objetivamente determinado, parecia ser o melhor critério para o julgamento das ações individuais e a atribuição de deveres e direitos, dada sua universalidade e caráter quantitativo. Também, permitia às ciências, principalmente no ponto de vista positivista, elucidar as pretensas determinações “naturais”, de caráter bio-psicológico, do desenvolvimento humano.

Ainda hoje este impulso essencial da sociabilidade moderna em prol da determinação objetiva – via delimitação de faixas etárias – das “idades da vida” vê-se presente, principalmente no Direito. Na década de 1980, implantou-se, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente. No início da atual década, o Estatuto do Idoso. Promete-se, para breve, o Estatuto da Juventude. Legalmente, segundo estes Estatutos, a adolescência começa aos 12 e acaba aos 16 anos. A juventude, certamente, começa aos 16, mas ainda não se definiu exatamente quando acabará, do ponto de vista legal – muitos falam em 25 anos, alguns até em 29 anos. Certamente, o Direito interpreta assim parte das práticas sociais e do imaginário coletivo, dividindo a transição da infância à maturidade em *adolescência* e *juventude*. No entanto, apesar de reconhecer a adolescência e a juventude como “direitos”, colaborando potencialmente para aumentar o grau de civilidade e bem-estar de indivíduos e coletividades, o ponto de vista legal ainda deixa de lado muito da complexidade e diversidade assumidas pela condição juvenil.

Para a compreensão dos significados sociais das juventudes mo-

dernas e contemporâneas, o essencial não é delimitar de antemão a faixa etária da sua vigência. Esta faixa etária não tem caráter absoluto e universal. É um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a sua própria dinâmica. A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturante” das redes de sociabilidade. De modo análogo à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou *grupos etários homogêneos*, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude.

• A juventude é uma categoria social

• A modernização criou categorias etárias que orientam o comportamento social

### *Para uma concepção sociológica de juventude*

Murdock & McCron (1982) praticamente negam à juventude o caráter de realidade social. Para eles, trata-se apenas de uma construção imaginária, um rótulo gerado com o intuito de manipulação ideológica. Um produto da Inglaterra vitoriana, tão bem expresso nos ideais do criador do escotismo, o general Baden Powell, que dizia que o sentimento nacional deveria estar acima das diferenças de classe social, que as instituições para os jovens, como o escotismo, deviam misturar indivíduos de diversas classes sociais e uni-los em um sentimento patriótico comum.

Para Ortega y Gasset (1987), a juventude é um rebento do curso natural da vida, um dos suportes naturais e universais da vida em sociedade. Gênero e curso natural da vida são, para ele, invariantes geradores da vida

social. Mannheim (1982), por sua vez, contextualiza melhor a realidade social da juventude. Considera-a como uma das fontes primordiais da identidade social no mundo moderno, ao lado da experiência da classe social. Contudo, acabará também por naturalizar a juventude, considerando a “unidade de geração” como realidade social possível de emergir pelo compartilhar coletivo de uma experiência “natural”, a juventude – enquanto a consciência de classe é um possível produto social de uma experiência igualmente social, a posição na estrutura de classes.

Discordando de Murdock & McCron, buscarei demonstrar que a juventude é uma realidade social, não apenas mera mistificação ideológica. Mas, discordando de Ortega y Gasset e, até certo ponto, de Mannheim, defendendo que a realidade da juventude não é tão somente da ordem da “natureza”, mas principalmente da ordem do “social” e, portanto, uma criação histórica, não um invariante universal.

Trata-se de desvencilhar o olhar sociológico sobre as juventudes do olhar das ciências que procuram “naturalizar” a juventude, como a Biologia – que informa a medicina – e a Psicologia. Ambas tendem a considerar a juventude, denominada por elas respectivamente como puberdade e adolescência, como uma transformação físico-mental universal e compulsória a todo indivíduo (Rezende, 1989).

É claro que a puberdade, realmente, é algo mais ou menos universal na espécie humana. Mas a juventude é, sobretudo, uma categoria social e não uma característica natural do indivíduo. Na modernidade, a juventude tende a ser uma categoria social derivada da interpretação sócio-cultural dos significados da puberdade, este

sim, um fenômeno natural e universal que, no entanto, pode adquirir pouca importância conforme a sociedade em que ocorre.

A moderna estrutura das faixas etárias, incluindo aí a juventude, foi, como muitos outros produtos da modernidade, pensada como uma categoria universal, abstrata, generalizante e mesmo ideal. É mais um dos frutos do pensamento ideológico liberal, pensamento este que unia a interpretação das “leis naturais” com a definição abstrata e genérica dos padrões ideais de civilização e humanidade, padrões que estariam sendo atendidos conforme se respeitavam estas “leis naturais” (Mannheim, 1986). Contudo, como praticamente se deu na aplicação de todos os demais construtos da modernização “burguesa”, como a industrialização, a urbanização, a criação dos Estados Nacionais e dos mercados capitalistas, o impacto desta “naturalização” das categorias etárias, em destaque, a juventude, não produziu homogeneidade no tecido social. Na verdade, o próprio impacto destes inúmeros construtos da modernização “burguesa” foi gerador de ainda mais desigualdade e diversidade, sem que, no entanto, seja possível dizer que alguém tenha escapado ileso das ondas de modernização.

Isto significa que, na análise social e histórica, é preciso correlacionar a juventude com outras categorias sociais, como classe social, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural, momento histórico, grau de “desenvolvimento” econômico etc. Assim, ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e

A moderna estrutura das faixas etárias foi pensada como uma categoria universal

O que existe efetivamente são grupos juvenis múltiplos e diversos

Na maior parte da sociedade a tendência é a mistura de idades

condicionantes históricos. O que a história e a análise sociológica demonstram é que, o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta (Rezende, 1989). Ainda assim, procurarei demonstrar que existe uma “condição juvenil” mais ou menos geral, que, dialeticamente, informa e resulta da criação destes grupos juvenis, destas juventudes. Trata-se de algo análogo ao que acontece com as classes operárias que, mesmo sendo muito diferenciadas entre si, pela presença de fatores como nacionalidade, religião, costumes, tradições, organização política, gênero e até mesmo as categorias etárias, têm em comum uma “condição operária”, a saber, a de serem vendedoras da sua força de trabalho.

Esta concepção sociológica da juventude, que venho defendendo, revela a importância da juventude dentro da sociedade moderna como “elemento estrutural”, como algo importante, hoje, no mínimo, como herança, caso realmente vivamos a pós-modernidade.

Esta concepção principia pela consideração de que toda sociedade e cultura diferenciam seus membros pelo gênero (masculino e feminino), pelo parentesco (mais e menos parentes) e em “fases da vida” (infância, maturidade e velhice, geralmente com rituais de passagem entre as fases).

Não são todas as sociedades, porém, que criam grupos sociais a partir destas “fases da vida”, ou de categorias etárias. Na maior parte das sociedades pré-modernas, a tendência é a mistura de idades dentro de grupos heterogêneos (em geral, de parentesco, ou assemelhados), como a sociedade medieval analisada por Phillippe Ariés (1981). A criação de grupos etários

homogêneos corresponde a sociedades que criam uma esfera social “pública” mais elaborada, uma parte da vida social mais ou menos separada da família e das relações de parentesco. Nestas sociedades, exige-se uma “segunda socialização”, a socialização secundária, para ensinar o indivíduo a viver também em esferas sociais não organizadas a partir da família e do parentesco (Berger & Luckmann, 1974, parte III), sociedades em que há uma relativa ou absoluta autonomia de esferas sociais como economia, cultura, religião e política. Estas são as sociedades que S. N. Eisenstadt (1976) chama de “sociedades universalistas”. O seu exemplo mais extremo são as sociedades modernas.

Segundo Eisenstadt são três os tipos de grupos juvenis no mundo moderno: primeiro, a escola; segundo, os grupos juvenis controlados por adultos; terceiro, os grupos juvenis informais. Os grupos informais, em sua maioria, têm importantes funções socializadoras, em sua minoria são “desviantes”. Na verdade, a especificidade das sociedades modernas em relação a outras sociedades universalistas, que desenvolveram em algum grau grupos juvenis, é a multiplicação e diversificação deste terceiro tipo de grupos juvenis, os informais.

Assim, Eisenstadt demonstra que a juventude existe socialmente na forma de grupos juvenis, ou de grupos etários homogêneos, que reúnem indivíduos com idades semelhantes – em oposição aos grupos etários heterogêneos, dos quais a família é o principal exemplo. A juventude se origina destes grupos sociais de caráter etariamente homogêneo, reunindo indivíduos que passam a ser chamados e considerados *juvenis*, que passam a desenvolver

Qual seria o significado dos conflitos de geração?

A visão funcionalista absorve parte da concepção naturalista de juventude

comportamentos esperados, permitidos ou impostos aos *juvenis*.

Mas Eisenstadt, apesar de toda sua qualidade na demonstração de que a juventude é uma construção histórica e social, ainda está preso ao que considero como uma visão funcionalista da juventude. Nesta visão, que informa ou atravessa, no meu entender, grande parte da produção sociológica sobre a juventude na primeira metade do século XX – baseada em teorias sociais behavioristas, no interacionismo simbólico e no funcionalismo propriamente dito –, os grupos juvenis (escola, grupos controlados por adultos e grupos informais) existem em função da socialização secundária. Da juventude espera-se um trabalho de integração à sociedade “adulta”.

Logo se impõe justamente a questão: qual seria então o significado dos conflitos de geração, dos movimentos juvenis, dos movimentos estudantis, da delinqüência juvenil etc.? Na visão funcionalista, certamente, são “infuncionalidades”, ou sintomas destas infuncionalidades. São “desvios” que devem ser curados, ou que indicam disfunções sociais.

Neste sentido, a visão funcionalista absorve parte da concepção naturalista de juventude que permeia a psicologia e a medicina, justamente no que se refere à noção de que existem estados “normais”, saudáveis, estabelecidos a partir de “leis sociais” positivamente inteligíveis. Se há normalidade, pode haver anormalidade, doença, anomia – aquilo que foge do padrão, do esperado, que destoa e não faz “funcionar” corretamente o sistema social.

No meu entender, deste modo, grande parte da história das juventudes modernas e contemporâneas, bem como das formas de sociabilidade dos

grupos juvenis, é jogada para o estado caótico da anormalidade, da disfunção. Na ânsia de sanar males sociais concebidos, ou pré-concebidos, grande parte da prática social e dos casos históricos de juvenildade são relegados à esfera do problemático, do doentio. Novamente, as juventudes acabam incompreendidas e impedidas de se compreenderem um pouco melhor.

As juventudes acabam incompreendidas e impedidas de se compreenderem um pouco melhor

### *Dialética da juventude*

Meu objetivo, aqui, é indicar pistas para superar estes limites da concepção funcionalista de juventude. Mesmo sendo capaz de levar em conta o caráter social e histórico das juventudes, a concepção funcionalista acaba decaindo nos defeitos do cientificismo e do “naturalismo”, que em tudo buscam padronização e equilíbrio sistêmico – concebendo a sociedade como um “organismo” e as relações sociais como fenômenos naturais.

Tentarei esboçar o que considero como a concepção “dialética” da juventude. Uma concepção, que espero, ajudará a compreender as trajetórias das juventudes na modernidade e contemporaneidade.

A dialética, no marxismo, busca determinar quais são os elementos constitutivos contraditórios da vida social e quais são os movimentos desencadeados por tais elementos (Mandel, 1978, cap. XVI). Se Marx pensava principalmente em explicar, assim, as lutas de classe e a contradição entre forças produtivas e relações de produção, penso que tal lógica colabore também na compreensão de um elemento fundamental constitutivo das sociedades modernas, as categorias etárias, em destaque a juventude.

Dessa convivência forçada nasce a possibilidade de se criarem identidades, comportamentos e grupos próprios

Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral.

As sociedades, em processo de “modernização”, engendram, desde o início deste processo, e em ondas sucessivas que abarcaram cada vez mais parcelas das sociedades ocidentais e não-ocidentais, inúmeros grupos juvenis. A primeira modalidade de grupo juvenil é justamente aquela organizada pelas instituições do “mundo adulto”, a saber, escolas, orfanatos, internatos, casas de correção, escotismo e juventudes de igrejas, partidos e Estados. Na segunda metade do século XX, num processo que teve os Estados Unidos como precursor, as sociedades modernas criaram, como novas instâncias desta modalidade, as universidades massificadas e o mercado de consumo juvenil.

Tais grupos juvenis e instâncias de socialização criam a “realidade” social em que indivíduos com idades semelhantes vivem próximos, convivem juntos, ou, no caso do mercado de consumo, pensam e se comportam de modo semelhante mesmo distantes no espaço. Mas é justamente desta convivência forçada que nasce a possibilidade destes indivíduos criarem identidades, comportamentos e grupos próprios e alternativos às versões oficiais.

O que se tem, portanto, na história das juventudes modernas, é um percurso dialético, entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia. A autonomia juvenil

(que não deve ser confundida com es-  
querdismo, nem com revolta prio-  
ritariamente política) pode ser re-  
primida pela sociedade, contida ou ter  
seus valores e elementos sociais absor-  
vidos pela estrutura social. Entre o  
caso de reabsorção da revolta da ju-  
ventude, posso citar os grupos juvenis  
orientados por adultos republicanos  
ou socialistas no século XIX, a apro-  
priação do modelo do Movimento Ju-  
venil Alemão por partidos de direita e  
esquerda na Alemanha dos anos 1920,  
os grupos juvenis usados para a  
tomada do poder pelos fascistas, a  
acomodação dos jovens rebelados em  
movimentos antioligárquicos da  
América Latina na estrutura de poder  
e, mais recentemente, inclusive no  
caso da contracultura, o uso das  
criações culturais juvenis pela  
indústria cultural.

A importante obra de John R. Gillis  
(1981) parece indicar que o período  
que observou os principais processos  
de institucionalização das juventudes –  
que chama de “Era da Adolescência”,  
entre 1900 e 1950 –, está intercalado  
entre os dois momentos históricos de  
maior agitação das juventudes: o  
período de 1770 a 1870 e os anos 1950 e  
60. Na sua obra, a dialética da  
juventude opera principalmente em  
ciclos históricos, na alternância entre  
períodos de maior integração das  
juventudes e períodos em que pre-  
valece a mobilização contestadora. Às  
transformações revolucionárias das  
sociedades ocidentais, a partir da  
segunda metade do século XVIII,  
seguem-se manifestações – em forma de  
revolta ou esboços de organização  
autônoma — de grupos compostos por  
jovens, ainda que, em geral, tais grupos  
fossem organizados por adultos: grupos juvenis formados pela Franco-

A dialética da  
juventude opera  
entre períodos de  
integração e de  
mobilização  
contestada

Os anos 1970  
marcam o novo  
ciclo de integração  
das juventudes

Maçonaria, ou sob sua inspiração, in-  
clusive vários deles com apelo místico  
e esotérico, como os Rosacruzianistas;  
grupos evangélicos anti-institucionais  
(pietistas, quakers e metodistas); so-  
ciedades secretas insurrecionais con-  
tra a Restauração (como os carbo-  
nários); juventudes nacionalistas de  
Mazzini; grupos juvenis formados por  
seguidores dos socialistas “utópicos”  
(como as “Crianças de Saint-Simon”);  
sociedades ginastas e fraternidades  
universitárias na Alemanha; a Boêmia  
parisiense etc. Atente-se ao fato de que  
não são apenas movimentos políticos,  
muito menos apenas “progressistas”,  
mas também religiosos, místicos e  
culturais, com tendências ideológicas  
diversas como republicanism, nacio-  
nalismo, socialismo “utópico” e até con-  
servadorismo – mas, invariavelmente,  
em tom inconformista, muitas vezes  
com caráter insurrecional e inter-  
pretando as ideologias naquilo que  
eram favoráveis ao voluntarismo,  
valorizando menos a experiência e  
mais a “experimentação”.

Os anos 1950 e 60 refletem, nos seus  
movimentos juvenis, tanto os pro-  
cessos de institucionalização da “Era da  
Adolescência”, quanto os novos pro-  
cessos, como a massificação das uni-  
versidades e o crescimento da in-  
dústria cultural. São movimentos e  
manifestações mais conhecidos, como  
os “rebeldes sem-causa”, a mobilização  
em torno do rock and roll, os hippies e  
as contraculturas, os movimentos  
estudantis, maio de 68 etc. Avançando  
em relação ao período em que Gillis  
pára, poderia se aventar a hipótese de  
que, a partir dos anos 1970, inicia-se um  
novo ciclo de integração das juven-  
tudes, através principalmente da ação  
das indústrias culturais, do marketing  
e mercados de consumo juvenil.

Mas, voltando à “Era da Adolescência” (1900-1950), mesmo este período contém amostras importantes da dialética social e histórica das juventudes. O próprio Gillis (1981) indica isto, quando afirma que a Era da Adolescência também foi a “Era da Delinquência”, quando continuou muito presente nas análises de diversas ciências e nos discursos e práticas sócio-políticas a questão da delinquência juvenil. Delinquência que era ao mesmo tempo real e imaginária, contraponto necessário para justificar a institucionalização disciplinarizadora da “adolescência”. Gillis indica também a realidade das resistências dos indivíduos e coletividades juvenis das classes trabalhadoras a esta institucionalização forçada – via legislação e escolarização. Muito do que foi a delinquência nestes tempos, expressava também esta resistência (ver também Humphries, 1984). Enfim, é preciso lembrar que a mobilização política da juventude nestes tempos foi, sobretudo, conservadora e “patriótica” – ensaiada desde as jovens companhias de cadetes, na Inglaterra da década de 1850, passando pelos batalhões escolares na França da década de 1880, pelas Brigadas Juvenis inglesas e o escotismo –, em geral, ligada a práticas esportivas valorizadas em seu caráter disciplinador e militarista.

Logo chegaria a hora dos movimentos fascistas usarem estas táticas de mobilização dos jovens para reforçar suas organizações e até tomar o poder, em destaque o fascismo italiano e o nazismo alemão. O nazi-fascismo não deixou de ser também uma espécie de movimento juvenil, inconformista, voluntarista, idealista e ativista – ainda que sua coloração ideológica tenha sido muito diversa

A “Era da Adolescência” também foi a “Era da Delinquência”

O nazi-facismo não deixou de ser uma espécie de movimento juvenil

Os jovens não têm os valores de comportamento introjetados em seu modo de ser

daquela que observará nos movimentos juvenis dos anos 1960. Revelando que o lado “inconformista” da dialética da juventude pode assumir tons não necessariamente “progressistas”, estas mobilizações foram bem sucedidas na canalização do desejo de autonomia das juventudes e da sua relação de tipo “experimental” com a realidade e os valores presentes.

Na verdade, outros registros ideológicos da mobilização das juventudes já se deram na primeira metade do século XX, como os *kibutz* israelense e as organizações de juventude na União Soviética. Esta mobilização irá abundar, principalmente, na segunda metade do século XX, nos movimentos pela libertação nacional, na Revolução Cubana e na Revolução Cultural Chinesa. Estes movimentos políticos foram também, ou contiveram, bem sucedidas mobilizações das juventudes em torno do inconformismo, do voluntarismo e do impulso à autonomia das vontades.

Outra maneira de perceber a dialética das juventudes é analisar o que parece haver de geral na “condição juvenil” na modernidade. Karl Mannheim (1982) e Marialice Foracchi (1972) indicam que se trata de uma condição em que indivíduos e grupos vivenciam uma relação experimental com valores e estruturas sociais. Ela é experimental no sentido de significar um primeiro contato do indivíduo como protagonista destes valores – papel que pode ser rejeitado ou sabotado durante tal fase “experimental”.

Os jovens ainda não têm os valores e comportamentos esperados como algo introjetado em sua personalidade e no modo de ser. A possibilidade de que muitos indivíduos nesta mesma condição – de relação experimental



com a realidade social – se encontrem juntos é dada pela modernidade, que cria ela mesma as condições da revolta das juventudes, quando Estado, agências oficiais de socialização, direito, ciências, saberes disciplinares, partidos, igrejas, indústria cultural, movimentos sociais etc. procuram institucionalizar as juventudes que têm ao se dispor, ou que buscam abarcar.

A condição juvenil, como relação experimental com o presente, tende a fazer com que as juventudes valorizem mais as vivências do imediato e a espontaneidade, que tendam a considerar mais ou menos secundário, às vezes até inútil, a experiência acumulada, já que esta é um atributo da maturidade, daqueles que já experimentaram os valores e as realidades e os introjetaram em sua personalidade básica. Atente-se que valorizar a experimentação não significa dizer que a juventude é necessariamente “irresponsável”, no sentido negativo do termo. Significa dizer, sim, que a condição juvenil tende a fazer com que indivíduos e grupos jovens desvalorizem ou dessacralizem a “sabedoria” acumulada, significa que esta condição tende a fazer com que os jovens valorizem ideologias que enfatizam a “vivência”, a espontaneidade, a ação imediata.

Deste modo, é possível dizer que a força e a fraqueza das juventudes modernas advém desta condição de relação experimental com a realidade presente. Esta condição contém o perigo da desvalorização de experiências acumuladas e comprovadas racionalmente. Mas, por outro lado, contém a possibilidade de que se conteste aquilo que parecia imutável ou de (falso) valor absoluto.

Valorizar a experimentação não significa que a juventude é “irresponsável”

A força e a fraqueza da juventude advém da relação com a realidade

## *Uma juventude “pós-moderna”?*

Como indiquei, as sociedades em processo de modernização procuram, pelo menos desde o século XIX, criar uma rígida cronologização do curso da vida individual. Os processos que construíram as estruturas sociais do mundo moderno não foram apenas aqueles que deram origem ao capitalismo e suas classes sociais, a urbanização em grande escala, a industrialização, a mercantilização da vida e a autonomização das esferas de ação social. Também deve se considerar – às vezes, para dar conta das necessidades oriundas dos processos de modernização citados; outras vezes, para tornar possíveis estes processos, como parte de um movimento mais geral de “racionalização da vida social” –, a cronologização do curso da vida e os eventos concomitantes de institucionalização do curso da vida e formação de grupos etários homogêneos.<sup>2</sup>

O curso da vida tem na medida em “anos” o critério mais objetivo, neutro e natural possível. Através desta medida e critério, se busca determinar – para a ciência, educação, direito etc. – os estágios da vida do ser humano. A idade contada sob o rígido critério do tempo absoluto torna-se a melhor forma de reduzir todas as diferenças sociais e individuais reais a um denominador comum e universal (Fortes, 1992).

1. As idéias deste item se devem, sobretudo, às leituras indicadas pela Profa Dra. Guida Grin Debert, bem como suas aulas na disciplina “Antropologia e Velhice” (Tópicos Avançados em Cultura e Política II), no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, Campinas, 2o semestre de 1997.

2. Até mesmo Ariés (1981, p. 194) afirma que as classes de idade e as classes sociais são categorias que emergem em conjunto na história moderna e são mutuamente necessárias.

.....

Ao mesmo tempo em que se dá esta cronologização, ocorre a institucionalização do curso da vida. As ações mais visíveis desta institucionalização são, nos séculos XIX e XX, as normatizações levadas a cabo pelo Estado e a escolarização. O processo é ainda mais claro nas crianças levadas à escola, quando passam a ser ignoradas diferenças e competências individuais na seriação e determinação dos conteúdos ministrados. No direito, as leis de proteção ao trabalho, leis eleitorais, penalidades criminais, instauração do conceito de maioridade criminal e jurídica, sistema de pensões para idosos etc. (Kohli & Meyer, 1986).

Contudo, diversas análises indicam que vem acontecendo contemporaneamente a “desinstitucionalização do curso da vida”, um processo que estaria engendrando, a partir dos anos 1970, uma sociedade na qual as faixas etárias não seriam mais essenciais para a determinação do curso da vida no aspecto privado (Kohli & Meyer, 1986; Debert, 1999). Esse processo faz com que as intervenções institucionais baseadas na cronologização do curso da vida, como aquelas feitas pelo Estado, tenham seu peso cada vez menor, obrigando indivíduos e grupos sociais a procurar soluções particulares para as dificuldades inerentes ao ritmo biológico da vida (como o envelhecimento). Trata-se da “reprivatização do curso da vida”.

Alguns parecem indicar que este é um processo libertador. Outros conseguem perceber sua incidência em conjunto com a flexibilização das relações de trabalho e dos mercados de consumo, que há um caráter perverso neste relativo abandono das políticas sociais e do Estado em relação ao cuidado com o curso da vida indi-

vidual, que passa a ser “reprivatizado” (Debert, 1999).

Nesta pretensa sociedade “pós-moderna”, a própria juventude teria perdido sua razão de ser no seu sentido, hegemônico durante a modernidade, de transitoriedade, construção da individualidade e aquisição de experiências sociais básicas. Parece se impor algo que várias vezes antes havia se anunciado e esboçado: a juventude seria, sobretudo, um “estilo de vida”, um “modo de ser” – a juventude “bastaria em si mesma”.

A juventude desaparece para dar lugar à “juvenilização”, deixa de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado ao bem viver consumista. O juvenil é “juvenilizado”, desvinculando-se da idade adolescente e tendo retirado de si conteúdos mais rebeldes, revolucionários ou meramente disfuncionais. Enfim, a “juvenilização” da vida contemporânea tornou-se a mais desejada aparência dos clientes da cultura de mercado (Santos, 1992).

Desta análise, que indica a desinstitucionalização e a reprivatização do curso da vida, emerge uma concepção relativista da juventude. Concepção esta que já existia outrora em algumas análises das ciências sociais, que se esboçava na visão de mundo de diversos movimentos juvenis (do Movimento Juvenil Alemão à contracultura) e que se tornou o padrão do “bom viver” segundo a indústria cultural. Considera-se aqui a juventude um “estilo de vida”, como uma “forma de ser”, como “estado de espírito”, que todos, independente da sua idade, podem – e devem – assumir.

Na visão da juventude como “estado de espírito” temos uma concepção pós-moderna dos comportamentos sociais,

Diversas análises indicam a “desinstitucionalização do curso de vida”

A juventude desaparece para dar lugar à “juvenilização”

ou seja, de que o indivíduo tem relativa margem de manobra para compor sua identidade, comportamentos e valores – e transformá-los. É esta mesma concepção que irá influenciar muito do que tem sido pensado e praticado como a “Terceira Idade” (alguns já dizem, a “Melhor Idade”). A velhice estaria se transformando nesta terceira ou “melhor” idade, na qual os indivíduos são responsáveis por manter ou alcançar uma vida saudável, ativa e “juvenil”. Contudo, muitas vezes se esquece que a concepção de uma Terceira Idade que deve ser “jovem” a qualquer custo, pode levar a uma marginalização daqueles em que o envelhecimento físico e mental consumiu as possibilidades de um estilo de vida mais ativo.

No meu entender, na verdade, a “reprivatização” do curso da vida indica uma regressão dos direitos sociais relativos à infância, juventude e velhice. No caso da juventude propriamente dita, para, agora sim, uma real ameaça de “anomia social”, dada a ausência de um período transitório no qual os agentes sociais seriam “treinados” para a aquisição de requisitos mínimos de civilidade, cidadania, consciência social e criatividade cultural, período outrora chamado “juventude”.

São reais os processos que envolvem a “reprivatização” do curso da vida. Em parte, respondem a anseios libertários de uma geração que fez a revolução cultural dos anos 1960, que ajudou a organizar movimentos sociais de aposentados e em prol dos direitos dos idosos. Em parte, porém, a reprivatização é determinada também, talvez principalmente, pela regressão dos direitos sociais observada com a intensificação do capitalismo, através do fenômeno da globalização, legitimada pelas ideologias “neoliberais”.

A mesma concepção irá influenciar o que tem sido praticado como a “melhor idade”

Mas o próprio processo de “reprivatização” tem que ser relativizado. Ele não é tão geral e absoluto quanto poderia se imaginar. Num primeiro momento, tinha levado a sério a hipótese de que a dialética moderna da condição juvenil tinha desaparecido, tanto pela ação “reprivatizadora” e relativizadora da concepção pós-moderna das categorias etárias, quanto pela desestabilização sócio-econômica generalizada desde os anos 1970 – que fizeram recuar a juventude como “direito”.

É claro que esta superação da dialética da juventude, pela corrosão do caráter iniciatório e experienciador da fase juvenil, é uma possibilidade, sim. Alguns consideram isto uma positividade, uma libertação, em sua concepção “pós-moderna” da juventude, defendendo a desinstitucionalização do curso da vida. A juventude é aí um estilo de vida associado a comportamentos escolhidos pelo indivíduo, mas nem sempre a defesa desta juventude “pós-moderna” indica o quanto tal estilo está ligado a certos padrões de consumo. Mais que uma libertação para a autoprogramação do curso da vida, para a maior parte das pessoas o fenômeno é antes negativo que positivo. Trata-se da negação da juventude no seu sentido moderno, como momento de socialização secundária que antecipa o ingresso na maturidade e o mundo público, inclusive como proteção. Negação que se estende cada vez mais para grupos sociais. Isto significa a regressão de certas conquistas sociais, de certos direitos sociais e aspectos positivos da universalização relativa das juventudes modernas. Um forte exemplo deste segundo ponto é a generalização do desemprego, da precarização do trabalho e a piora nas condições de vida, gerando insegura-

O “direito à juventude” vem se tornando cada vez mais uma promessa não cumprida

rança aos jovens tanto do “mundo desenvolvido” quanto das partes mais “desenvolvidas” dos países pobres. Quanto ao resto do mundo o “direito à juventude” vem se tornando cada vez mais uma promessa não cumprida.

Um outro aspecto relativiza a reprivatização do curso da vida, ao mesmo tempo em que denuncia seu caráter regressivo. Ele se revelou, para mim, nas grandes manifestações em Seattle, em 1999, contra a Rodada do Milênio da Organização Mundial de Comércio (OMC). A maior parte dos manifestantes era composta de jovens. Repetia-se um fenômeno semelhante aos movimentos estudantis de 1968, em que, se o caráter juvenil das mobilizações não era consciente ou era relegado ao segundo plano, apesar disto, se tratava fundamentalmente de um movimento juvenil, fazendo operar novamente a dialética da juventude. Mas os movimentos de crítica à globalização não são idênticos aos de 1968. Lá, se tratava, sobretudo, da demanda por “libertação” – em relação aos padrões comportamentais, em relação à dominação neo-imperialista ou em relação ao poder das burocracias, portanto, uma revolta pela libertação na era dos “três mundos”. Hoje, se trata fundamentalmente do repúdio à regressão dos direitos sociais e a privatização e mercantilização de bens outrora considerados como “públicos”, regressão levada a efeito pelo capitalismo global e neoliberal (Denning, 2002). Entre estes direitos ameaçados, deve estar presente o “direito à juventude”. Entre estes bens mercantilizados, está o próprio curso da vida, que está sendo “reprivatizado”.

As novas mobilizações de indivíduos e grupos juvenis, quase sempre não conscientemente em torno desta

A maior parte dos manifestantes era composta de jovens

identidade juvenil, vêm alimentando os movimentos sociais e políticos em todo mundo, que fazem crítica à globalização. Também, eram jovens os rostos e as vozes mais fortes durante protestos sociais no Irã em 1999, em diversas manifestações recentes na América Latina, durante a crise nos países asiáticos (Coréia do Sul, Índia) em 1998 etc.

No meu entender, estes fenômenos indicam que é preciso ainda considerar a capacidade de autonomia das juventudes, partindo da sua relação experimental com valores, idéias e instituições durante sua socialização secundária. Daí ainda podem emergir visões de mundo alternativas e radicalmente críticas (mas não necessariamente, como prova a história, “de esquerda”).

## Conclusão

Ainda que a dialética de Marx afirme que, segundo as “leis” do movimento histórico, tudo está fadado a ser superado, talvez possa se dizer que ainda não chegou o momento da juventude ser superada como elemento estrutural da sociabilidade contemporânea. Deste elemento, fundado numa relação certamente dialética e contraditória entre a busca de padronização e os desejos de autonomia, ainda se realiza parte importante do processo de socialização dos indivíduos.

Em primeiro lugar, os grupos juvenis, institucionalizados ou não, ainda exercem importantes tarefas, “funções”, de preparação dos indivíduos para o mundo social. Simplesmente, eliminar a juventude como socialização secundária, poderia significar uma vacuidade nas estruturas sociais (talvez até pudesse ser dito, um estado de anomia).

.....

Mas, isto ainda não é tudo, pois, como procurei demonstrar, se a juventude – enquanto coletividade reunida em grupos etários homogêneos – é uma categoria social com sua própria dialética, permeada de contradições, então ainda devem estar emergindo daí o que a visão funcionalista chama de “disfunções”, e que uma visão dialética da juventude tenta considerar o seu significado mais profundo – evitando, porém, idealizar este significado. Trata-se da possibilidade dos indivíduos e grupos jovens desenvolverem, de modo autônomo, identidades e valores próprios, relativamente ou muito destoantes dos padrões sociais de seu tempo. Trata-se da possibilidade de surgirem revoltas, rebeldias, insatisfações e negações, a partir do que só deveria ser, a princípio, acomodação, socialização tranqüila, integração social. As recentes e poderosas manifestações políticas das juventudes, em todo mundo, estão aí para provar que este caráter das juventudes modernas ainda continua presente, e muito presente. Talvez, não menos que outras manifestações que indicam também outras contradições das sociedades

contemporâneas sob a égide do capitalismo, como os crescentes níveis de violência que vitimam os mais jovens.

Seja para procurar compreender a violência muitas vezes ensandecida de gangues juvenis, seja para encontrar esperança nos novos movimentos de crítica aos efeitos negativos da globalização, parece-me que a dialética da juventude – presente desde o início da modernização – é ainda um importante instrumento de análise sociológica. Este artigo não inventou nem a concepção sociológica de juventude, nem mesmo foi o primeiro a reconhecer seu caráter dialético. Diversos são os autores, análises e pesquisas que realizaram tais intentos, mesmo quando não verbalizaram com estas mesmas palavras sua concepção de juventude. O que busquei, aqui, foi explicitar tal dialética das juventudes modernas e contemporâneas, em prol de estudos sociológicos que investiguem melhor as juventudes do mundo atual. Afinal, a sociologia sempre teve nas juventudes um importante portal para compreender a própria sociedade em seu todo.

.....

### *Referências bibliográficas*

- ARIÉS, Phillipe. (1981), *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman, Rio de Janeiro, Guanabara.
- BERGER, Peter L. & Thomas LUCKMANN. (1974), *A construção social da realidade*. 2ª ed., Tradução de Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, Vozes, 1974.
- DEBERT, Guita Grim. (1999), “As classificações etárias e a juventude como estilo de vida”. *In: A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*, São Paulo, Edusp, Fapesp: 39-69.
- DENNING, Michael. (2002), “Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos três mundos”. *In: Isabel LOUREIRO et. al. (orgs.). O espírito de Porto Alegre*. Tradução de Juliana Almeida, Rio de Janeiro, Paz e Terra: 61-78
- EISENSTADT, S. N. (1976), *De geração a geração*, São Paulo, Perspectiva.

- .....
- FLINTER, Andréas. (1968), "Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude". *In*: S. Britto (org.) *Sociologia da Juventude*, vol. I. Tradução de Narciso Melo Teixeira *et. al.*, Rio de Janeiro, Zahar.
- FORACCHI, Marialice M. (1972), *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira.
- FORRESTER, Viviane. (1997), *O horror econômico*. Tradução de Álvaro Lorencini, São Paulo, Editora Unesp.
- FORTES, Meyer. (1992), "Age, generation and social structure". *In*: KERTZER, D. & J. KEITH (orgs.). *Age and Antropological Theory*, Cambridge, Cornell University Press: 99-121.
- GILLIS, John. (1981), *Youth and History. Tradition and change in European age relations. 1770-present*, Nova York/ London, Academic Press, Expanded Student Edition.
- GROPPO, Luís Antonio. (2000), *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, mimeo.
- HUMPHRIES, Stephen. (1984), *Hooligans or rebels? An oral history of working-class childhood and youth. 1889-1939*, Oxford/ Nova York, Basil Blackwell.
- KOHLI, M. & MEYER, J. W. (1986). "Social Structure and Social Construction of Life Stages". *Human Development*, 29: 145-80.
- MANDEL, Ernest. (1978), *Introdução ao marxismo*. 2ª ed., Tradução de A. Castro, Lisboa, Antídoto.
- MANNHEIM, Karl. (1982), "O problema sociológico das gerações". *In*: Marialice FORACCHI (org.). *Mannheim. Sociologia*. Tradução de Cláudio Marcondes, São Paulo, Ática: 67-95.
- MANNHEIM, Karl. (1986), "A mentalidade utópica". *In*: *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Santeiro, Rio de Janeiro, Guanabara: 216-285.
- MURDOCK, Graham & Robin MCCRON. (1982), "Consciousness of class and consciousness of generation": *In*. Stuart HALL & Tony JEFFERSON (eds.). *Resistance through rituals. Youth subcultures in post-war Britain*. London: Center for Contemporary Cultural Studies: 192-207.
- ORTEGA Y GASSET, José. (1987), "Juventude" . *In*: *A rebelião das massas*. Tradução de Marylene Michael, São Paulo, Martins Fontes: 239-248.
- PINCHBECK, Ivy & Margareth HEWITT. (s.d.), "Vagrancy and Delinquency in an Urban Setting". *In*: *Children in English Society. Vol. II. From the Eighteenth Century to the Children Act-1948*, Londres, Routledge and Kegan Paul, Toronto, University of Toronto Press.
- REZENDE, Cláudia B. (1989), "Identidade: o que é ser jovem?". *Tempo e Presença*, 240:4-5.
- SANTOS, Rafael. (1992), *A publicidade e a representação da juventude*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, mimeo.